

CONEXÃO AMÉRICA LATINA

Estilos argentinos de fazer política

Vicente Palermo

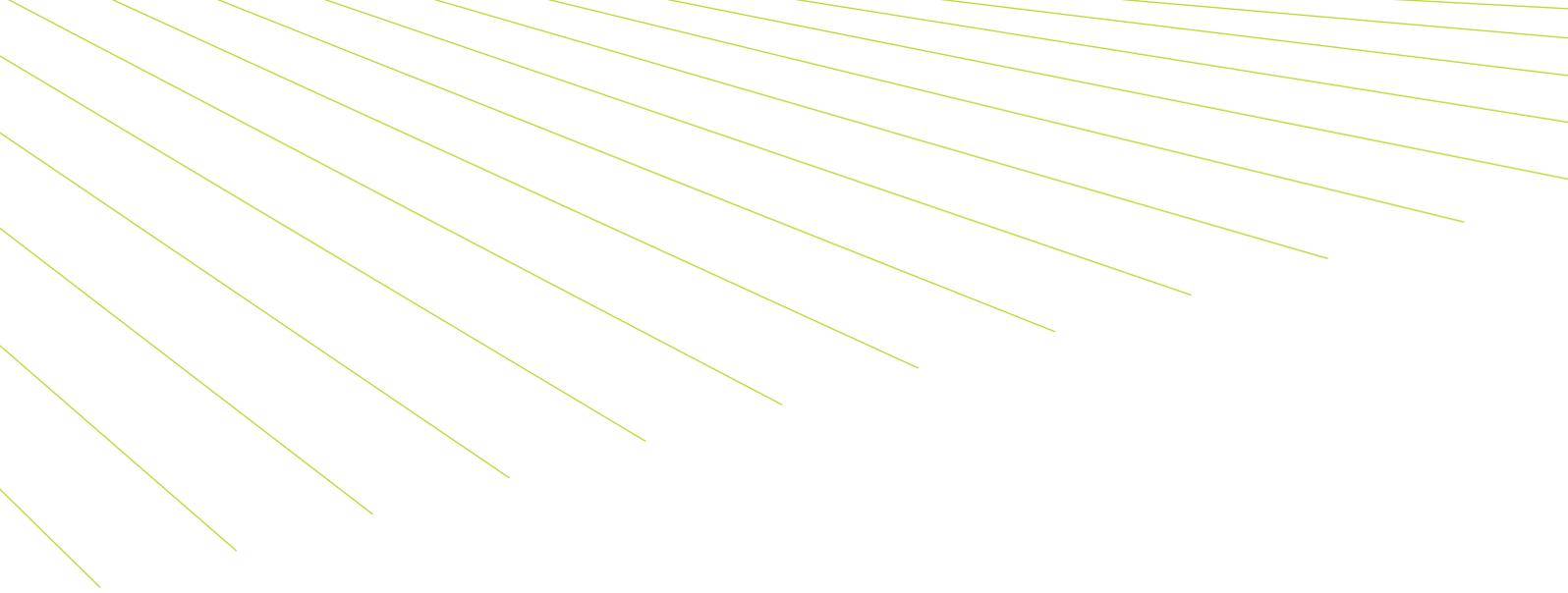
Ano 2, Volume 1

PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



FUNDAÇÃO

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO



CONEXÃO AMÉRICA LATINA

Estilos 
argentinos
de fazer
política

Vicente Palermo

Ano 2, Volume 1

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo.

Coleção: Conexão América Latina – dirigida por
Bernardo Sorj e Sergio Fausto.

Tradução Sérgio Molina

Revisão Beatriz Kipnis

Projeto Gráfico Felipe Martins

Copyright © Edições Plataforma Democrática
São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2023

Palermo, Vicente

“Estilos argentinos de fazer política” – I. ed. –
São Paulo : Edições Plataforma Democrática, 2023.

40 p. (Conexão América Latina)

IISBN: 978-65-87503-29-5

1. Ciências sociais. 2. América Latina – Política e governo. I. Vicente, Palermo. II.
Plataforma Democrática. III. Título. IV. Série.

CDU: 316

CDD: 301

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.



APRESENTAÇÃO

Na série *Conexão América Latina*, publicada por *Plataforma Democrática*, os leitores encontram ensaios sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência, seja em países específicos, seja em partes da região, seja nela em seu conjunto.

Os textos aqui publicados se dirigem ao público interessado nos caminhos e descaminhos da América Latina, especialistas, acadêmicos, jornalistas, políticos, empresários, ativistas e cidadãos que buscam compreender melhor os destinos de nossa região.

ESTILOS ARGENTINOS DE FAZER POLÍTICA



Vicente Palermo¹

A ideia central deste ensaio é que, na Argentina, há dois mundos políticos bem definidos em suas distintas dimensões e que a expectativa de que eles possam concretizar acordos abrangentes e duradouros entre si, para impulsionar reformas, é ingênua, porque esses mundos não são mensuráveis pela mesma régua, ao contrário, têm muito pouco em comum e são profundamente hostis um ao outro. Em grande medida, o que eles têm em comum é o seu pior. As peças do quebra-cabeça que aqui se examina podem não ser novas, mas se encaixam de um modo talvez diferente. Sobretudo, de um modo que não será fácil de digerir, nem por gregos nem por troianos.

Passado e presente²

Em certo dia de novembro de 2022, uma importante figura política da oposição argentina manifestou sua “profunda tristeza pelo bloqueio entre quem quer um país normal e quem quer aprofundar a ruptura da legalidade, a decadência, o roubo e o atraso (...) É muito triste ver o nosso país bloqueado politicamente”. Horas mais tarde, nesse mesmo dia, escutei outra fi-

1 Cientista político, pesquisador principal do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, membro do Club Político Argentino e da Sociedad Argentina de Análisis Político.

2 Quero agradecer a Alejandro Bonvecchi por seus comentários extremamente úteis.

gura, também muito conhecida, mas esta do campo governista, defender “a necessidade de enfrentar o poder econômico, o poder midiático e o poder judicial”, além de todos aqueles que não passariam de títeres desses poderes. Ambas as declarações passaram despercebidas porque, na realidade, não acrescentavam nada de novo ao léxico nem aos argumentos da presente cultura política argentina. Ao lê-las, pensei que, na concepção expressa pelo segundo expoente, quando *a direita* ganha as eleições, fecha-se um círculo ameaçador do poder, percepção essa capaz de alimentar qualquer paranoia.

De um modo ou de outro, as duas manifestações, embora substancialmente diferentes no conteúdo, têm uma semelhança. Ambas nos mostram um mundo político radicalmente dividido em dois grupos irreconciliáveis e o temor premente de ser bloqueado ou encurralado pelo outro, um outro destrutivo. Embora não seja fácil precisar em que medida essas percepções refletem com alguma sensatez a realidade política e social argentina (eu diria que muito pouco), é menos difícil entender que elas são emblemáticas do nosso mundo político-cultural, do mundo em que nós, cidadãos argentinos, vivemos, acreditamos e, alguns poucos, atuamos.

Quem procura manter a cabeça fria sente uma profunda repulsa por interpretações desse gênero, relutando a aceitar que nossa cultura política esteja dividida em antinomias, como se dizia antigamente — revisitando nossa história desde a primeira metade do século XIX —, ou por uma *grieta* [fissura, fosso], como se diz no século XXI. Mas isso seria lutar contra moinhos de vento sabendo que não são gigantes. *Quando todos estão errados, todos têm razão* (Bartolomé Mitre a Julio A. Roca, em correspondência pessoal). Se todos acreditarmos no fosso, todos optaremos por viver de um lado ou de outro dele, e o esforço para provar que se trata de uma falácia será titânico.



Em parte, porque, de fato, existe algo que atravessa e divide profundamente a Argentina, ainda que de modo difuso, descontínuo e, por sua vez, também cortado por linhas transversais. Creio que vale a pena conjecturar — não mais que isso — sobre sua natureza. E minha conjectura é que, na Argentina de hoje, há dois grandes conglomerados multidimensionais, dois agregados de composição plural que têm como uma de suas dimensões principais (porque lhes serve de alicerce) o *modo de entender* a realidade política, social e econômica. A despeito das diferenças que possa haver na sua composição social, que são muitas, isso é menos importante aqui.

Provisoriamente, chamarei esses grandes conglomerados de *estilos*. É verdade que eu poderia me ater, com menos imaginação, a falar apenas dos partidos políticos de cada conglomerado, mas esse recorte não seria de todo correto. Por mais que, no dia a dia, sejam os partidos os atores principais do regime político, fazendo uso das suas regras básicas, eles estão longe de abranger a composição desses conglomerados. Os *estilos* são teoricamente próximos dos tipos ideais da sociologia clássica — estão aí para serem pensados, e podemos pensá-los porque servem para concebermos, por um lado, um agregado de numerosas e heterogêneas pautas de ação (hipoteticamente dominantes) e, por outro, de numerosos atores, em última análise, pessoas. Portanto, podem ser transmitidos ao longo do tempo, mas não são inalteráveis e, embora sejam plexos cujas redes estão fortemente entrelaçadas umas às outras, não encontramos nenhuma que seja idêntica à outra, muito menos no plano dos indivíduos. O mais importante, talvez, é que os estilos são muito resistentes e muito preditores da ação.

Acrescento que estou considerando aqui, de um modo um tanto difuso, os *modos de entender* como um componente dos estilos, isto é, como conjuntos de práticas e amálgamas impre-

cisas entre ideias e práticas. Esclareço, no entanto, que me refiro a modos de entender não tão genéricos, permanentes, e sim localizados no presente: o tempo da avassaladora decadência argentina, da sua crise crônica. Tratam-se de dois estilos claramente contrapostos. Peço ao leitor que tolere uma identificação muito esquemática de ambos, baseada na escolha de uma série de traços, sem pretensão exaustiva e de modo um tanto arbitrário, mas tendo como norte aquilo que julgo relevante: a análise das sérias dificuldades políticas argentinas contemporâneas.

O estilo liberal (expresso, *grosso modo*, na coalizão Juntos por el Cambio e na difusa e pouco conhecida Frente Avanza Libertad³) tem como principal preocupação responder a uma capacidade central do capitalismo: a criação de riqueza, a prosperidade. Para esse estilo, a ação-chave consiste em *estabelecer os incentivos* certos para a acumulação e o crescimento, incentivos esses que repousam, basicamente, em uma configuração muito mais aberta do mercado e uma delimitação mais precisa e contida do Estado e das instituições, de modo a promover o baixo custo das transações e garantir os direitos de propriedade.

Um dos graves problemas desse estilo liberal é a junção do *libertarismo político* com o *neoliberalismo econômico*, duas utopias perigosas. Embora, na prática, seja um estilo altamente político, ele se crê despolitizador. Acredita utopicamente no mercado e, também utopicamente, que o Estado mínimo (com Nozick e muitos outros pensadores e ideólogos) é a condição de possibilidade não apenas da geração de riqueza, mas também da liberdade. Mas essa observação é secundária aqui; a questão central é que o estilo liberal define o problema como se ele se resu-

3 A Frente Avanza Libertad é uma coalizão do campo liberal conservador consolidada nas eleições legislativas de 2021, integrada pelos partidos: Unión del Centro Democrático, Partido Demócrata de la Provincia de Buenos Aires, Dignidad Popular e Partido Autonomista, além de agremiações ainda não formalizadas, como o Partido Libertario, Republicanos Unidos, Movimiento Libertario Republicano, Frente Renovar, Alternativa Libre e Encuentro Plural Alternativo.



missem ao estabelecimento de incentivos corretos, simplificando ao extremo a complexidade do político. Tampouco é secundário um fato notório: a incongruência entre ideias e práticas.

Acontece que na Argentina as elites alinhadas ao estilo liberal têm muitas vezes estabelecido relações pouco honestas como a pedra basilar da acumulação de capital. Tanto o libertarismo como o neoliberalismo vêm empurrando o estilo liberal para longe da democracia. É verdade que ambas as doutrinas se afastaram da tradição ditatorial e do golpismo despótico, ao que parece, com firmeza (devido ao doloroso fracasso de algumas experiências, à descoberta genuína da democracia e, finalmente, à compreensão de que, se a democracia é o único jogo a ser jogado, é preciso obter votos para jogá-lo). Mas nem por isso se afastaram por completo da tradição elitista autocrática, muito antiga, que remete ao século XIX: “não há o que fazer, este país só pode ser governado por nós”. Nem tampouco da tradição tecnocrática. Ambas se manifestam em muitos dos seus tiques, mas a obsessão pelos incentivos — questão essa, dos incentivos, extremamente relevante, como sugere o neoinstitucionalismo — não deixa lugar a dúvidas: para o estilo liberal, fixá-los é apenas uma questão de reunir vontade, saber e poder.

Por outro lado, é inquestionável que esse estilo expressa algo novo: uma orientação pró-capitalista e confrontada ao Estado com votos e apoio popular, um apoio que parece arraigado, infelizmente, não pela firmeza ou solidez dos seus partidos, muito menos das suas lideranças, mas porque essa orientação conta com um respaldo social difuso, porém sustentado.

Enquanto para o estilo liberal a solução do problema argentino se resume à questão dos incentivos, em uma postura francamente amigável ao capitalismo e tendenciosamente avessa ao Estado (embora haja variações entre seus membros), para o estilo po-

pulista (expresso no que, vagamente, podemos denominar “peronismo”), o nó está na vontade política para que a força popular altere a correlação de forças sociais. Nem mais nem menos que isso. E seu resultado deveria ser a restauração de um passado supostamente dourado.

Vale apontar que a idealização de um passado supostamente dourado não se dava na origem do peronismo, entre os anos 1940 e 1950, pois o movimento nascente não tinha nenhum passado a restaurar. Com o passar do tempo e dos fatos, porém, a tradicional necessidade de restauração foi-se arraigando até se consolidar, chegando a ganhar até a esquerda argentina. Acrescente-se de passagem que os partidários do estilo liberal também têm seu passado dourado, embora mais vago e mais distante no tempo: o ciclo da Argentina liberal, que vai de 1853 a 1930.

Mas voltando ao estilo populista, a restauração do passado dourado equivale, em outras palavras, a retificar o rumo histórico. O estilo populista não é anticapitalista, já que não se propõe a substituir o capitalismo por um sistema econômico alternativo, mas mantém com o capitalismo, e em especial com o mercado, uma notória hostilidade, digamos, cultural. Capitalismo, mercado, e ricos egoístas e exploradores cujo patrimônio deve ser recuperado para o povo são mais ou menos a mesma coisa. A vontade política e a força popular — o terceiro pilar é o papel do Estado.

A vontade política e a força popular supostamente se encarnam na militância (“governar é criar militantes” [sic]), geradora de energia para enfrentar os capitalistas. Os militantes cumprem várias funções: reproduzir-se a si mesmos alargando constantemente sua base, ser protagonistas de diversas atividades voltadas à sociedade — uma das principais, a presença nas ruas — e respaldar a ação dos líderes de governo. Três funções que encarnam a vontade política. Mas o Estado também é uma peça

implícita; a questão é quem o ocupa. Contra a concepção de Estado mínimo, defendem uma retórica de keynesianismo tosca, mas que justifica a expansão do emprego público, e agitam bandeiras pedindo que o Estado trave mil batalhas, a maioria delas imaginárias. Aí estão o controle de preços, a luta com a “mídia hegemônica” ou contra o “partido judicial”.

Mudemos agora o ponto de observação, como se esta fosse uma composição cubista. Pensemos em alguns aspectos destacáveis dos resultados de governo desses estilos. No que tange aos privilégios e à renda que uma grande e variadíssima parcela da sociedade obtém do Estado, transferindo os custos a todos os cidadãos via regressividade tributária e inflação, o desempenho de *ambos* os estilos é decepcionante: o poder de veto das minorias de posições intensas evidentemente se proteja tanto sob o teto do estilo liberal como do populista. Tal poder é forte demais para ser dobrado, e o problema nunca é identificado por completo, ou seja, não chega a ser transformado por um ou outro estilo, ou por ambos, em um tema de ação política.

Entre as fileiras do estilo liberal, a questão dos privilégios é encarada de modo terminante: tecnicamente, os privilégios são rendas, hipertrofia estatal ou buracos nas redes do mercado. De modo terminante, sem dúvida: tipicamente devem ser cortados *para todos, menos para mim*. De tal maneira que, nas suas fileiras, incontáveis grupos privilegiados estão bem abrigados — que o diga, por exemplo o sistema de promoção da província da Terra do Fogo⁴. Para o estilo populista, trata-se de azeitar a enorme máquina de administração dos pobres. Não que todos seus integrantes considerem essa prática como a mais desejável, mas a maioria considera que é a mais eficiente e segura no curto prazo. O fato de aproximadamente metade da população

4 O regime de promoção industrial da Terra do Fogo, adotado em 1972 pela lei 19.640 e prorrogado em 2021 pelo Decreto 727, torna o local uma zona franca através de um regime fiscal e aduaneiro especial.

argentina receber algum tipo de auxílio do Estado não é visto como expressão de um gigantesco fracasso político e econômico que começa, pelo menos, em 1975 (a crise político-econômica então batizada como *Rodrigazo*⁵), e sim como uma chance de obter ganhos político-partidários.

Uma possível síntese do que foi dito até aqui sobre os estilos é que, enquanto o estilo liberal pretende ser mais tecnocrático na gestão das políticas públicas, o populista tende a ser mais autocrático nesse terreno (enquanto o estilo liberal tende a se submeter um pouco melhor à lei constitucional, o estilo populista muitas vezes a sente como uma camisa de força). E enquanto o estilo liberal enxerga a si mesmo mais afim ao livre mercado na gestão do capitalismo, o populista procura ser mais político e patrimonialista. Mas nem um nem outro mostraram, até agora, capacidade para pôr a Argentina na trilha da prosperidade e da inclusão social.

Antes de continuarmos, é necessária uma breve digressão para abordar a relação dos dois estilos com a conjunção entre capitalismo e valores fundamentais. Não resta dúvida de que o mercado sempre acena com a promessa de liberdade mais confiável como pilar do edifício em que tal promessa possa ser realizada ou, pelo menos, vislumbrada. Mas o mercado também é um poderoso instrumento disciplinador e sempre propenso a assimetrias. É significativo o fato de que, na Argentina atual, um “libertário” tenha declarado, sem pejo, que não tinha nenhuma objeção contra o comércio de órgãos humanos, assim como é igualmente significativa a discussão acadêmica sobre a possibilidade de legalizar a escravidão com base na venda voluntária das próprias pessoas.

5 Plano de ajuste econômico implementado em junho de 1975, durante a presidência de Isabel Perón, pelo ministro da economia Celestino Rodrigo. Incluía uma série de medidas de choque, como uma forte desvalorização do peso, grandes aumentos nas tarifas públicas e limitações nos reajustes salariais.

Diante desse poder disciplinador, para inclinar o desenvolvimento do mercado para o lado da liberdade e não apenas para sua função disciplinadora, é necessária a vida pública, que inclui as dimensões política e estatal. Bem, eu diria que, no estilo liberal, são muitos os que entendem a liberdade como algo exclusivamente ligado ao mercado, enquanto são bem poucos os que, enxergando não apenas a face positiva deste, se preocupam com sua dimensão disciplinadora. No estilo populista, de modo análogo, as coisas se invertem: mesmo sem oferecerem uma alternativa, seus atores consideram o mercado algo pura e simplesmente execrável — e duvido que o façam sempre em função do seu caráter disciplinador; antes, o veem como um rival. É praticamente impossível controlar a vontade de um mercado dinâmico e assentado em direitos bem arraigados, e isso não agrada àqueles atores. Nesse sentido, o mercado seria um adversário.

E, no entanto, o problema persiste: apesar de todas as ressalvas, evidentemente, o mercado oferece uma promessa de liberdade maior que a do Estado burocrático, ou do Estado predatório, ou daquele que se estende até a onipresença. Para que essa promessa se realize, porém, a ação política e pública, e inescapavelmente a dimensão estatal, são muitas vezes imprescindíveis. Na verdade, o liberalismo e o republicanismo não veem as coisas de modo muito diverso da seguinte perspectiva: assim como não existe *civis* sem *polis*, não existe indivíduo livre sem comunidade política. Mas, encerrando a digressão para voltar ao assunto, eu diria que, para uma grande maioria de partidários do estilo liberal, o mercado é pura solução, enquanto o Estado é puro problema; e para uma grande — esmagadora — maioria de partidários do outro estilo, o mercado é puro problema e o Estado é pura solução.

Contudo, pode-se dizer que, em teoria, os ativos de ambos os estilos são bem complementares: o estilo liberal põe sobre a mesa o capitalismo, a organização econômica capaz de produ-

zir a prosperidade que a Argentina perdeu; o estilo populista, suas (digamos) virtudes históricas, isto é, sua vocação genérica para a gestão estatal, de que o capitalismo sem dúvida necessita, e sua capacidade de legitimar o sistema representativo que, para todos os efeitos práticos, chamamos democracia e que é indispensável para que o capitalismo não devore a si mesmo. Mas só em teoria. Na prática, essa potencial complementaridade nem sequer é percebida como uma meta política pela qual valha a pena tentar negociações sérias.

Em parte, esse problema reside nas orientações políticas de ambos os estilos. Estes são sem dúvida bastante ambíguos e, como é de esperar, têm traços nada secundários que os diferenciam. Por exemplo, por mais paradoxal que pareça, não se pode negar que, desde 1983, a adesão à democracia seja plena em ambos os campos, mas nem todos estão de acordo com a democracia constitucional, quer dizer, aquela que emana da constituição vigente, e muito menos estão dispostos a encarar o outro como confiavelmente democrático e pluralista. Na verdade, o que existe é uma longa tradição de mútua deslegitimação, que foi tão robusta quanto funesta durante muitos anos, mas cuja superação está longe de ser completa, ao contrário, renasce na má retórica da *grieta*.

Para os adeptos do estilo liberal, os sujeitos do estilo populista têm legitimação duvidosa e não merecem respeito, porque não são democráticos nem servem ao país. *Para eles, no fundo, seria melhor que esses sujeitos não existissem politicamente.* De modo recíproco, os partidários do estilo populista consideram os do estilo liberal nada democráticos — pois estão a serviço dos grupos hegemônicos e concentrados, contrários aos interesses do povo etc. — e nitidamente prejudiciais ao país —, pois existe uma relação de soma zero entre essas minorias capitalistas e o povo. Para os representantes do estilo populista, os do estilo liberal, quando estão na oposição, socavam os governos popula-

res e se, insolitamente, chegam ao governo, arbitram a favor das minorias poderosas. *Para eles, no fundo, seria melhor que esses sujeitos não existissem politicamente.*

A despeito desses elementos em comum tão pouco alentadores, o que se segue é pior, pois o estilo populista se afasta do pluralismo do qual, deve-se reconhecer, se aproximou durante os anos 1980 e 1990, para reassumir um pesado unanimismo como modelo de construção do político. Trata-se, sobretudo, de se autoidentificar como a totalidade da comunidade política legítima, que mal suporta os outros com uma postura altiva e truculenta (e cuja sobrevivência política encontra sua explicação, mais uma vez, na má influência de grupos concentrados, mídia hegemônica etc., que alijam o povo).

Assim, surge outra diferença: embora entre os partidários do estilo liberal haja de tudo como em botica e seus extremos sejam, para o meu gosto, tão dignos de um pesadelo como os do estilo populista, no estilo populista há, implicitamente — às vezes não tão implicitamente —, um modo alternativo de entender a democracia — alternativa à nossa democracia constitucional. Para o gosto de muitos partidários do estilo populista, esta é “demasiado” liberal; o papel basilar do indivíduo, os limites institucionais ao poder político, a divisão de poderes são percebidos apenas negativamente nos inevitáveis aspectos problemáticos que qualquer concerto humano fundamental apresenta. E república é apenas uma palavra.

Essa diferença não impede, de modo algum, infelizmente, novas zonas escuras em comum, porque o libertarismo e o neoliberalismo, embora muito diferentes entre si, são ventos de desintegração social ou de distopias repressivas sem um pinga da ordem nem dos valores republicanos que são os pilares da nossa Constituição.

Além disso, o espectro dos modos de ação política é amplo e variado, o que é compreensível, já que os recursos com os quais ambos os estilos contam são heterogêneos e díspares, bem como as práticas decantadas em aprendizagens estáveis. Assim, o estilo populista conseguiu instilar no liberal certa paranoia quando lhe toca governar. Teme do primeiro (que considera a si mesmo a maioria natural, sendo a outra, em todo caso, uma maioria acidental) que possa provocar sua saída antecipada, não consequência de uma derrota eleitoral limpa, mas de um golpe branco que conjugue as ruas e o palácio. Existem antecedentes. Nesse sentido, quando é o estilo populista que exerce o poder, consegue governar de modo mais tranquilo.

Essa diferença tem ligação com outra: a capacidade dos ativistas do estilo populista de dosar a mobilização e/ou a violência de ruas, seja como ameaça, seja de modo efetivo, meios esses de protesto e pressão que, em grande medida, substituíram a luta sindical. Já temos muita, mas muita experiência nesse campo. E isso abre as portas para outro aspecto, qual seja, a relação com as instituições e a lei. Essa é uma pergunta que devemos nos fazer. Que propensões se verificam, em cada caso, a transgredir, na competência institucional, os limites estabelecidos pela lei? Ou quando se toca o limite sem ultrapassá-lo, de romper, de todo modo, com práticas cooperativas ou de autocontenção previamente acordadas?

Os exemplos das últimas décadas são incontáveis para ambos os casos, e os partidários de cada estilo certamente “sabem” que o único transgressor é o outro. Deveriam se perguntar sobre o quadro de justificativas que os leva a incorrer nas mesmas práticas do outro. Seja como for, com o passar dos anos, a cooperação política foi-se reduzindo a mínimos extremamente prejudiciais para a democracia, e nem o estilo liberal nem o



populista manifestam nenhuma vontade de cooperar. Mas não é o caso de repreendê-los, e sim de entender o porquê.

Antes, porém, vejamos outra grande distinção: as lideranças são estruturalmente diferentes. Ambos os estilos tiveram, com o passar do tempo, lideranças fortemente personalizadas, às vezes muito carismáticas, que concentraram um *quantum* enorme de poder interno nos seus agrupamentos. Contudo, esses traços revelam bem pouco, porque são inerentes à política contemporânea.

Mas o grau de assimetria interna e o modo como o líder monopoliza a palavra política e resolve — com consentimento, claro — formular e decidir sua enunciação em nome de tudo é outra coisa. O líder encarna seus seguidores, os quais, no momento em que aquele assume sua voz, deixam de falar por si mesmos. Isso não ocorre sempre, mas é observado mais nitidamente no estilo populista, embora eu reconheça que essa comparação seja discutível.

Seja como for, nem um estilo nem o outro esperam de braços cruzados que as pessoas se convençam das suas bondades. Ao contrário, entram de cabeça na luta política e, em última instância, militam de um modo potencialmente rupturista. Embora nesta etapa, pelo menos até agora, isso não tenha atingido níveis totalmente alarmantes, talvez devido à longa tradição, que atravessou nosso século XX, de perdermos a paciência e quereremos mudar as coisas pela força, com péssimos resultados.

Embora se possa observar que as lideranças do estilo liberal são — e creio que com isso não incorro em parcialidade — as que mais mudaram nas últimas décadas, já que passaram decididamente ao plano político, criando atores novos (as metáforas extremas, como a da motosserra com que Javier Milei — político

da direita ultraliberal que promete varrer a casta dos partidos — propõe cortar o gasto público quando for presidente não chegam a ofuscar a importância da mudança).

Mas existe um risco. Estamos em um turno do estilo populista, o qual, a meu ver, está sem dúvida forçando a mão na ligação entre governo e instituições; não deveria ser muito surpreendente para a ninguém se, em um novo turno do estilo liberal, que já podemos vislumbrar, a tendência a querer mudar as coisas à força ganhasse mais corpo. Entendendo que a força neste caso inclui atos institucionais no limite da legalidade, quando não fora dela, como o estado de exceção e o emprego de um arsenal de instrumentos por vezes afins a ele, como os decretos de necessidade e urgência. Se a tentação de forçar o institucional se intensificar, será indispensável detê-la, do mesmo modo que hoje é inevitável agir para frear as tentativas de arrasamento institucional de forças políticas liberais governantes.

É provável que tenhamos à mão pessoas que se prestam facilmente a considerar ambos os estilos como emblemáticos, expressivos e definidores do que as coisas são, como que trasladando sem mais o nível da nossa turbulenta realidade política ao da sua representação analítica. Mas eu me nego a fazer isso e acredito que fazê-lo seria, acima de tudo, erguer um obstáculo ao pensamento.

Digamos que o estilo liberal entra em campo com a esperança de convencer a sociedade de que a mudança nos incentivos, de marca neoinstitucionalista e orientação capitalista, é indispensável e deve ser apoiada. Deve-se reconhecer que, nas últimas décadas, obteve êxitos estratégicos, mas que nem sempre foram no sentido da prosperidade comum, como êxitos de fato, que mais vencem que convencem. O programa de reformas modernizantes dos anos 1990 (paradoxalmente levado a cabo



por pessoal político e lideranças pertencentes ao estilo populista, embora abraçado com mais fervor pelas elites do estilo liberal) foi muito facilmente revertido.

É verdade, não obstante, que parte das suas orientações se traduziu em um novo senso comum, já não tão novo, entre as classes médias ameaçadas pela decadência econômica. Mas esses setores incorporaram o novo pela face negativa, mais que pela positiva: não são amigáveis ao mercado, não defendem — ao menos por ora — reformas que comportem algum risco, mas execram o Estado e seus gastos, ainda que, por outro lado, não aceitem cortes nos subsídios dos serviços públicos que os beneficiam. Há uma saturação que se manifesta, por exemplo, na simpatia pela motosserra de Milei acabando com “tudo que está aí”, pois, magicamente, das cinzas poderá nascer algo novo.

Já o estilo populista tem motivos francamente diferentes para o seu combate político. Trata-se, basicamente, de redistribuir a riqueza, que é em geral considerada como um elemento dado, um enorme tesouro escondido em uma gruta. A capacidade de produzir riqueza, sobretudo, é assim considerada, e não haveria motivo para se empenhar nisso (a soja cresce sozinha [sic]), bastando distribuir a que está concentrada nas mãos dos ricos e seus apoiadores sociais, políticos, midiáticos etc. Haveria uma assimetria nesse combate encampado pelo estilo populista e na crença que o sustenta? Sim, mas, para este, o Estado pode e deve, justamente, servir de contrapeso para essa assimetria. Segundo essa visão, o Estado deve ser a alavanca, e as várias instituições que constituem o sistema republicano são um inconveniente, um estorvo, sendo também necessário atentar aos meios de comunicação, pela simples razão de que eles são hegemônicos por definição. Os ricos contam com todos os instrumentos a seu favor; os pobres, ou melhor, as elites (que não se reconhecem como tais, mas que nunca o foram tanto como

agora) que dizem falar em seu nome, devem tratar de conquistar, nessa guerra de posições, alavancas que multipliquem sua força. Os esforços para avançar sobre a mídia são considerados sob essa ótica.

E por que não reconsiderar o que se entende por corrupção? Por acaso muitas fortunas argentinas não nasceram ou cresceram sob o guarda-chuva do Estado? Qual o problema de que as novas elites, que representam os pobres, também o façam a seu modo? É secundário se elas se dão ao direito de tirar sua lasquinha. Além do mais, essa lasquinha é indispensável: o estilo populista refundou sua antropologia (quando comparada, por exemplo, com a antropologia política do peronismo clássico), e o modo mais seguro de obter lealdades é comprando-as.

A boa notícia é que, contra esta corrente do estilo populista, parece já ter se configurado um consenso social que vincula definitivamente a decadência econômica e a pobreza à corrupção, consenso esse que, a despeito do seu duvidoso rigor empírico, há de criar muitas dificuldades para aquele modo de ver a questão. Enquanto isso, a multidão de jovens adeptos e prosélitos do populismo simplesmente não pode acreditar na corrupção de seus mestres ou depreende desse método tão prático de comprar as lealdades uma racionalização que justifica sua atuação.

No fundo, sem querer exagerar, a política para ambos os estilos se resume a uma contraposição moral. Os que estão do outro lado são uns desgraçados; eles são ricos porque nós somos pobres (uso populista); eles são pobres porque querem viver à nossa custa sem trabalhar (estilo liberal). E nós, de ambos os estilos, podemos nos permitir ser injustos, se necessário, justamente porque somos justos. É porque a justiça está do nosso lado que podemos ignorar a lei, quando necessário, norteados por uma lei superior e substantiva. Todos lemos ou escutamos

cotidianamente na Argentina expressões e atitudes muito claras de ambos os estilos. Podemos encontrá-las nos extremos, nada delgados, de um e outro. Assim, no estilo liberal, não falta quem tem plena certeza de que o setor agropecuário é o pilar e o eixo da Argentina do futuro, como tampouco falta no campo populista quem pensa que a soja é um matinho à toa e que o produto agropecuário é uma dádiva da natureza e, portanto, isso que alguns tontos chamam de “Estado predador” está longe de ter fundamento. Eles devem é nos agradecer que os deixemos ganhar dinheiro.

Presente e futuro

Desenvolveremos a seguir alguns raciocínios pouco otimistas, mas que poderiam constituir um incentivo para a reflexão e — por que não? — para a polêmica. São muitos os que afirmam, sem dúvida de boa-fé, querer que se estabeleçam grandes acordos de governo, políticas de Estado etc. entre os atores partidários.

Levando em conta as diferenças, bem como algumas características em comum já apontadas aqui, essa *visão Moncloa* da política argentina pareceria muito ingênua. A ilusão de dissipar o conflito torna-se ainda mais nítida se levarmos em conta ser descomunal a magnitude dos conflitos e interesses econômicos e fiscais que seriam afetados no intento de encaminhar a Argentina numa trilha de recuperação e, por outro lado, que grande parte das minorias de preferências intensas que “defendem” a velha ordem em decomposição deitou raízes em ambos os estilos.

Isso não pode mudar assim, sem mais, conversando numa boa para chegar a um acordo. Sem ilusões, o que poderia mudar essa situação é um governo que tivesse ao mesmo tempo capacidade e força e um projeto de longo prazo para uma Argentina

próspera e igualitária, sustentado, se não for pedir muito, em partidos sólidos. Não se trata de um “projeto nacional”, e sim de uma série de objetivos que poderiam transformar-se em políticas de cooperação, negociação, transação, e compartilhamento do comando político, que estimularia parte da oposição a alterar sua postura, alongando assim o tempo das políticas de reforma e das gestões macroeconômicas.

Em suma, a cooperação é tão indispensável quanto impossível, ao menos por ora; mas não podemos desistir dela. Contudo, a cooperação nos põe diante do conflito, não nos afasta dele. É preciso cooperar para confrontar. Se levamos em conta os casos em que, de 1983 em diante, se reuniu um ativo político estatal suficiente para encarar objetivos ambiciosos de estabilização e reforma — casos do Plano Austral e de Convertibilidade —, veremos que os governos buscaram a cooperação com reticências, e as oposições aceitaram cooperar de um modo mais reticente ainda. Esse foi um dos fatores que permitiram aos governos que tentaram estabilizar a economia alcançar seu objetivo, mas eles logo se sentaram sobre seus louros e não foram além. Ir além era atrever-se a avançar em um terreno incerto e sem respaldo; ir além implicava encarar conflitos arriscados. Não foi bem esse o caso na implementação do Plano de Convertibilidade, claro, no qual o governo avançou, mas a cooperação que este buscou e encontrou para realizar reformas institucionais, como, por exemplo, a Constituição de 1994, não foi buscada nem oferecida para levar a cabo uma saída ordenada daquela jaula de ferro do câmbio fixo, herança maldita primeiro para o próprio governo de turno, depois para seu sucessor. O altíssimo grau de cooperação política necessário para encontrar o caminho de saída, inevitavelmente conflituoso, não esteve ao alcance da mão.

É verdade que o regime político argentino, assim como, por definição, todos os presidencialismos, não oferece as melhores con-



dições para concretizar uma das fórmulas de cooperação política mais conhecidas e práticas: as coalizões de governo. Sem dúvida os incentivos à cooperação interpartidária são maiores no sistema parlamentarista, no qual as pontes entre o Executivo e o Legislativo já estão estabelecidas no desenho constitucional. A formação de coalizões de governo é assim facilitada, porque os partidos que as integram participam ao mesmo tempo das dimensões legislativa e executiva. No sistema presidencialista, essas pontes não são dadas de antemão, é preciso construí-las, porque um Executivo unipessoal, sendo o poder institucional do vice-presidente virtualmente nulo, tende ao governo de um só partido.

Na Argentina, as experiências de formação de coalizões parlamentares que não conseguiram se traduzir em coalizões de governo são significativas. Contudo, esse obstáculo de desenho constitucional não é insuperável, como demonstram outros casos latino-americanos, por exemplo o do Brasil, no qual a heterogeneidade regional, política, econômica do país deu lugar, na era da Constituição Cidadã (1988), ao *presidencialismo de coalizão* (sobre o qual creio desnecessárias maiores explicações). O presidencialismo de coalizão é muito custoso, mas funciona, graças a complexos instrumentos institucionais, e alguns presidentes, como foi o caso de Fernando Henrique Cardoso, o utilizaram com mestria para encarar um vasto programa de reformas. E o presidencialismo de coalizão já é um conceito latino-americano, porque foi praticado, e ainda é, em vários países.

Mas não é o caso argentino. A Argentina é hoje um país com um grau de fragmentação política mais ou menos equivalente ao do Brasil, portanto, desse ponto de vista, não seria impossível constituir coalizões. A dificuldade advém, no meu entender, de dois ou três fatores de peso semelhante. O primeiro é aquele que venho desenvolvendo neste artigo: a natureza não equivalente, não mensurável (sendo difícil medi-los pela mesma régua), dos

conglomerados que descrevemos sob a denominação de “estilo liberal” e “estilo populista”. E a conseguinte desconfiança recíproca. Essa falta de equivalência, esta impossibilidade de homologação, dificulta o encontro mútuo em um espaço comum que lhes permitisse assumir compromissos de longo prazo.

Se um conglomerado, por exemplo, tem inclinação pluralista e o outro tende a ser hegemônico, é difícil que consigam se encontrar em um espaço comum, pois ambos tenderão a desconfiar um do outro, e a desconfiança mútua atentará contra acordos de governo com programas de longo prazo. Talvez nosso melhor exemplo, melhor pela alta qualidade e as intenções construtivas dos dirigentes políticos que intervieram nesse processo, seja a tentativa de Raúl Alfonsín, radical, e Antonio Cafiero, justicialista, no meio do mandato presidencial do primeiro e sendo o segundo governador da província de Buenos Aires. A indiscutível competência política e os bons propósitos dos dois de pouco valeram, e a iniciativa deu em água de barrela. Os dois saíram perdendo, e os observadores-participantes tiraram dessa experiência as lições consequentes.

A outra dificuldade é a conflituosidade potencial dos acordos e compromissos de cooperação. Esse problema faz com que os acordos não passem de um plano retórico. Certamente, a política implica sempre em encarar e processar conflitos. E não se conhece nenhum programa amplo de reformas de longo prazo que consiga evitá-los. Mas a Argentina tem sua própria marca nessa questão, que consiste (não estou sugerindo que isso não ocorra em outros países) no poder de veto, virtual ou real, de uma infinidade de atores sociais, grupos de interesses, indivíduos etc., os quais, por sua vez, carecem de toda capacidade proativa e têm uma reduzidíssima capacidade de composição. Para dizê-lo de um modo talvez muito estilizado, a Argentina vive em um mundo de privilégios e rendas que há muito mina os alicerces da economia e a possibilidade de modernização.

Nesse mundo em grande medida anômico, não são poucos os que, em graus variados, se beneficiam dessa situação: são muitíssimos, mas à custa de todos, e em uma trajetória de declínio que hoje parece inevitável (essa dinâmica constitui uma das origens da desigualdade). Talvez o exemplo mais claro dessa *anomia boba*, um conceito cunhado por Carlos Nino que abordaremos a seguir, é o regime de inflação alta — por um lado, fruto de uma infinidade de compromissos tributários que beneficiam seletivamente um enorme número de privilegiados, e por outro resulta nos impostos socialmente mais regressivos que se possa conceber, que na prática têm muito de capitação, e na destruição da moeda nacional e a da vida social e material dos pobres (enquanto escrevo estas linhas, me vem à cabeça o *Ancien Régime*).

Da recuperação democrática à crise constitucional de dezembro de 2022, os argentinos percorreram um longo caminho, mas, sobretudo, extremamente acidentado. No meu entender, o que deve ser examinado é o sentido da relação entre o político e a lei e, neste marco, o de *anomia boba*.

A expressão “um país à margem da lei”, para referir-se à nossa pátria, passou praticamente a integrar o senso comum, desde o senso comum jornalístico, acadêmico e até, com certa ironia, político. E o senso comum dos comuns, por que negar? Deve-se admitir que o uso crescente dessa sentença tem suas razões. Cunhada por Carlos Nino no início dos anos 1990, ela não fez mais que se confirmar, dolorosamente, com o passar do tempo.

Note-se, não obstante, que a noção de *à margem da lei* tem uma larga genealogia na nossa vida social e política. Já em *La ciudad indiana*, obra publicada em 1900, Juan Agustín García opinava que o comportamento clássico argentino se caracterizava, entre outras coisas — o culto à coragem e uma fé inaba-

lável no nosso destino de grandeza nacional — pelo desprezo da lei. Essas raízes remotas, no meu entender, não diminuem o mérito das observações de Nino, porque este situava o problema — o mesmo problema, poderíamos dizer — em um novo contexto: o das “ilusões”, talvez inevitáveis, da nascente democracia a partir de 1983.

Nino percebia, lucidamente, que a recuperação democrática estava longe de ser suficiente para resolver velhos problemas que afloravam com inusitada virulência. Que nem a cultura social nem a cultura política nos davam um respiro; que a construção de uma ordem democrática era coletivamente percebida como algo que já se podia dar como certo, e não como uma tarefa árdua e comum. A ordem democrática já estava pronta para ser usada, não se tratava de nenhuma construção especialmente complexa e necessária, mas apenas de exigir que ela cumprisse suas promessas.

Nesse marco, aquele desprezo da lei cujas raízes foram identificadas por Juan Agustín García grassava com vigor, pois as demandas por reparação imediata ativas em todos os grupos sociais eram como uma maré que erodia as bordas de um Estado fraco, talvez mais fraco que aquele presidido pelo regime autoritário e brutal que ficara para trás.

Por isso mesmo, o conceito a meu ver mais interessante — embora muito menos conhecido — do livro de Carlos Nino é o de *anomia boba*, que mencionei há pouco, conceito esse que pede alguma explicação. A noção de anomia pode ser entendida sem a menor dificuldade: no limite, trata-se de uma situação em que a lei é uma ausência gritante. É um caso teórico, raro nos nossos dias, a não ser em Estados colapsados. Nesses casos, já não se trata de um país à margem da lei, e sim de uma situação ainda mais aguda, a de um país em que a lei simplesmente deixou de

existir. Já o país à margem da lei pressupõe uma heterogeneidade da ordem legal, em todos ou em alguns dos seus níveis ou suas dimensões, e implica, portanto, um país cindido, porque certos setores e áreas não estão à margem, mesmo quando o vínculo com a lei é precário. Em um país pautado pela anomia pura e simples, a lei está ausente. Não é esse o caso da Argentina.

Não são poucos os que se debruçaram nessas distinções; por exemplo, Guillermo O'Donnell. Muito bem, mas, por que, nesse contexto, falamos em *anomia boba*? Para começar, podemos assumir, como é óbvio, que os Estados anômicos não favorecem/prejudicam igualmente todas as pessoas que se encontram dentro de uma dada situação e são, na prática, grandes produtores de desigualdade. Mas o mundo da *anomia boba* é dominado por *free riders*. Imaginemos, então, que uma parte crescente dos "otários" (os que tentam jogar o jogo dentro da lei) percebe que está se comportando bobamente.

Aqui começa a ganhar sentido o conceito de *anomia boba* de Nino: se mais e mais "otários" se transformam em *free riders*, no limite acabará ocorrendo um colapso orçamentário, e os sistemas coletivos deixarão de funcionar ou, o que equivale, os custos de manutenção serão transferidos à sociedade inteira.

Ou seja, a anomia se torna "boba" porque os indivíduos destroem o bem coletivo: sua deserção da responsabilidade cidadã pode lhes parecer inócua, pois que diferença faz mais uma gota no oceano? Na prática, a acumulação da atitude malandra socava as bases do que as próprias pessoas necessitam, é como serrar o galho em que estão sentadas. Mas o fenômeno é passível de uma amplificação que acarreta um salto de nível enorme, mas muito comum; a anomia é boba porque a acumulação de pressões, negócios privilegiados, cargos, gasto inútil no funcionalismo, nichos, regras e regrinhas fajutas, proteção *ad eternum*,

enfim, tudo o que hoje em dia se conhece — com toda justiça — como gasto ineficiente do Estado, tudo isso e muito mais (como esquemas tributários distorcidos, imperfeitos na atribuição e piores na distribuição), todas essas ações anômicas contribuem para rachar as colunas do edifício fiscal e catalisam o regime de alta inflação que devora o Estado.

Todas essas ações não estão dentro da lei, mas à margem dela e/ou são anômicas, porque, embora muitas delas (por exemplo, as aposentadorias não contributivas, um golpe absurdo no sistema previdenciário) encontrem amparo na legislação, são resultado de disposições que carecem de sentido legal. Mas trata-se claramente de uma situação de *anomia boba*, porque se torna cada vez mais custosa e nos empurra cada vez mais para a beira do colapso (note-se que inicialmente, em todos esses casos, quem podia agir como *free rider*, jogando os custos nas costas dos outros, mas no conjunto a coisa ainda funcionava, como indicava uma inflação relativamente baixa; porém faz muito tempo que isso ficou para trás). Essa questão vem sendo estudada não somente por cientistas políticos e sociólogos, mas, o que é bom, também por historiadores.

Porque estes são problemas de longa data, agravados no século XXI, e, embora seja agora impossível dar conta da configuração das suas causas, gostaria de destacar pelo menos duas. Primeiro, que as mudanças internacionais e as preferências domésticas levaram a Argentina a estabelecer, na década de 1930, uma ordem econômica muito arraigada e de longo prazo: a substituição de importações. Algo, obviamente, nada inaudito na história econômica latino-americana. Mais tarde foi instaurada a restrição externa, mas isso já em uma sociedade por si só conflituosa, dado o poder de fogo de trabalhadores e classes médias e o caráter de bens-salário dos principais produtos de exportação.



Simplificando, poderíamos dizer que esse período histórico teve um momento complementar na irracional abertura financeira de Martínez de Hoz durante a última ditadura militar (1976-1983). Essa abertura era, entre outras coisas, uma forma ilusória de escapar da restrição externa e de disciplinar os trabalhadores. Nada disto foi conseguido, mas na prática constituiu uma espiral de endividamento, sobretudo estatal, que se conjugou, já na democracia dos anos 1980, com o empenho pertinaz de empresários e sindicatos em manterem a economia fechada, evitando qualquer mudança de rumo sustentável. Tudo isso foi acumulando impactos muito negativos sobre o Estado.

De modo complementar, um grave e persistente problema se apresenta no plano político e estatal: o déficit de legitimidade. O percurso que se iniciou nos anos finais do primeiro governo peronista, no início dos anos 1950, e se encerrou com a restauração da democracia em 1983 foi um convulsivo período de destruição de legitimidades, que teve o sistema político e o Estado como suas principais vítimas. E ao longo desses anos se delinearam, ou reforçaram, as características dos estilos liberal e populista que já abordamos aqui.

A *anomia boba* pode ser contemplada deste ângulo: o assédio permanente e generalizado de um Estado fraco, sem possibilidades de impor uma ordem fiscal e econômica e que vai perdendo ano após ano sua autoridade e até o reconhecimento do seu hipotético monopólio da força legítima.

Na perspectiva histórica aqui esboçada, a debilidade e impotência estatal repousam, em grande medida, no vácuo de legitimidade política criado, primeiro, pelo regime peronista (1946-1955), que nos seus anos finais tentou acuar a oposição até acabar definitivamente com ela, e depois pela proscricção legal e eleitoral do próprio peronismo, entre 1955 e 1973 (motivada pelo mesmo

propósito geral de extingui-lo). Foi nesse contexto que o Estado teve de assumir as demandas sociais situadas muito acima do potencial produtivo da economia argentina, fazer concessões a minorias de preferências intensas e reforçar a natureza corporativa e fechada da economia.

Isso, observado na perspectiva de sete décadas, talvez seja o que permite entender o “fracasso” da nossa democracia: desde 1983, ela conta com uma legitimidade historicamente inédita, mas, nesse marco, os atores políticos que se formaram e aprenderam seus repertórios de ação nas décadas anteriores não estiveram, pelo menos até agora, em condições de usar adequadamente as regras de jogo do regime representativo para recompor o Estado e a economia já em alarmante decadência. O governo da democracia com partidos políticos fracos e fragmentados, e com um Estado frágil como marco, inclina as preferências dos atores políticos à adaptação ao jogo anômico e a outras formas de condutas conservadoras, que resistem a qualquer mudança em prol do interesse coletivo.

Sob essa perspectiva, o estabelecimento de acordos que congreguem os estilos liberal e populista parece difícil, se não impossível. Salta aos olhos que, além dos obstáculos já expostos — desenho institucional, não equivalência, alta conflituosidade potencial —, acrescenta-se outro: a fragilidade do Estado, que carece de capacidade para estabelecer marcos e mudanças de rumo para os atores no comando da política democrática legítima (os quais surgem da democracia eleitoral encarnada pelos partidos políticos). As reformas do Estado e da economia poderão, sim, ser realizadas por meio de negociações e composições com os setores afetados, mas, para que isso seja possível, são *conditio sine qua non* tanto um Estado com capacidades como um sistema representativo. Há, em grande medida, um notório problema de circularidade, pois o sistema representativo neces-

sita do Estado para encarar essas tarefas, e a reconstrução do Estado que o sistema representativo requer, por sua vez, necessita de um sistema representativo suficientemente sólido para levá-la a cabo.

A reconstrução de um centro de autoridade política é uma condição necessária para a reconstrução do Estado; o problema é a circularidade criada, porque um Estado fraco já pressupõe, em si mesmo, uma ameaça muitas vezes iminente a qualquer tentativa de reconstrução democrática de um núcleo político de governo. E o problema é ainda pior nos casos, muito comuns (os exemplos de alterações, em anos recentes, do regime previdenciário, do sistema tributário e da coparticipação federal são uns poucos em meio a dezenas), em que o próprio núcleo político governamental gera a anomia. Injetar anomia no Estado e na sociedade a partir da cúpula do poder político é uma promessa de futuro funesto, a menos que a sociedade produza energias suficientes para deter essa trajetória.

A injeção de anomia por parte dos governantes é uma cultura, um exercício despótico que aflora, compreensivelmente, no contexto de um Estado fraco e de instituições de legitimidade precária. É um efeito parecido ao de sacudir uma peneira: caem as sementes menores e ficam as mais grossas. Produz-se assim um processo de seleção negativa: no nosso caso, os movimentos de sacudidura do Estado e as instituições frágeis e corrompidas facilitam o surgimento de políticos de vocação mais despótica que, até sem romperem com o marco democrático — *na verdade, isso seria autodestrutivo para eles* —, mais que desprezar a lei a utilizam a seu favor: não governam à margem da lei, mas acima da lei. É isso que explica, no caso argentino, como provavelmente em outros, o fato de a democracia “formal” não ser destruída: estão no comando aqueles que, com maior ou menor desprezo pela lei, não se sujeitam a ela, mas se

colocam acima dela para utilizá-la em seu proveito, ignorando-a, deformando-a ou aplicando-a a seu bel-prazer, seja por proveito político ou pessoal.

Embora não pareça necessário ilustrar com exemplos específicos esse modo de destruir aos poucos o Estado e a lei, incluo aqui uma pérola, cujo valor reside sobretudo na dimensão política que se destaca de uma experiência pessoal: “O governo tem feito coisas que ninguém imaginaria, como oferecer um ‘dólar-soja’, que significa comprar dólares caros do setor agrícola para vendê-los barato aos amigos que importam jatinhos. E ainda compensa essa perda com títulos intransferíveis que a Secretaria da Fazenda impõe ao Banco Central por decreto de necessidade e urgência. Podem fazer o que bem entenderem” (depoimento de um ex-secretário do Ministério da Economia ao jornal *La Nación*). O testemunho é excepcionalmente claro, mas os fatos se repetem por todo o Estado.

Em situações extremas, isso pode levar a uma crise constitucional. No ano passado, o Poder Executivo arrebatou de modo prepotente uma parte dos recursos que correspondiam e deviam ser repassados automaticamente ao governo da cidade de Buenos Aires (coparticipação federal). Essa inesperada rapinagem, na prática, tinha um caráter elementarmente distributivo: o governo nacional se apropriou desses recursos da Capital Federal para transferi-los ao governo da província de Buenos Aires. O governo da cidade recorreu à Suprema Corte de Justiça, que em dezembro de 2022 emitiu uma sentença, por ora, como medida cautelar: a decisão do governo nacional fora ilegal, e os recursos deviam ser restituídos. Os políticos governistas, assim como a grande maioria dos governadores da situação, declararam paladinamente que não reconheciam a decisão da Corte, acompanhando as declarações de impropérios e ameaças contra o próprio tribunal.



Durante os dias que dediquei a redigir a primeira versão deste artigo (entre o Mundial de Futebol e o Réveillon), a divisão de poderes e o governo da lei próprios do sistema republicano estiveram por um fio.

Por mais que o governo logo tenha recuado parcialmente, declarando sua disposição de acatar uma decisão “imunda”, mas pretendendo efetuar as transferências em bônus do Estado, não em dinheiro, não resta dúvida de que a primeira reação do Poder Executivo, de desobedecer a uma decisão da Suprema Corte pura e simplesmente porque o contrariava, foi a mais autêntica e só a corrigiu (mal) por perceber que, se não alterasse o rumo, acabaria afundando em um pântano — mas não porque tivesse nascido nele algum escrúpulo no respeito das instituições e da lei, ou uma compreensão política da diferença entre o justo e a justiça procedimental (como resumiu mordazmente um membro da Suprema Corte dos Estados Unidos, “nós não temos a última palavra porque temos razão, mas temos razão porque temos a última palavra”, o que é bem difícil de discutir quando se leva em conta que sua lógica se baseia no desenho constitucional). Já no início de janeiro de 2003, o presidente, agarrado ao roteiro clássico de que os deuses cegam aqueles que querem perder, promoveu o julgamento político dos membros da Corte. E um dos mais respeitados juristas do próprio campo governista declarou que, a partir da sentença do tribunal superior sobre a discrepância entre cidade e província de Buenos Aires, “a ordem jurídica deixou de existir na Argentina” (posicionamento que não é inédito e abre caminho para um governo de exceção).

Algo semelhante já ocorrera em 2008, desta vez quando o governo defendeu uma resolução, que não era ilegal em si mesma e poderia ter sido apreciada pelo Senado, ligada às taxações, de alcance praticamente confiscatório, impostas às exportações de alguns produtos agrícolas, sobretudo a soja. Depois de mostrar

as garras do Estado predatório, as fortes e numerosas reações que consolidaram uma oposição social e política de composição muito diversa o obrigaram a recuar. A grieta aberta naquele momento, e que reproduz a identificação da pátria de modo reciprocamente excludente, ainda perdura.

Mas hoje, assim como ontem, é evidente que parte dos políticos governistas deseja ir mais longe. O que interessa aqui, no entanto, é destacar que as consequências desse tipo de iniciativas ou reações, mesmo quando não levadas até o fim, são também deletérias, porque de todo modo enfraquecem as instituições e a lei e incentivam condutas consistentes, adaptativas a essa deterioração. A deflagração de uma crise constitucional a partir dessa disputa absurda com a cúpula do Poder Judiciário ainda é uma ameaça real.

A pergunta que podemos nos fazer é se, apesar de tudo, a extensa lista de traços negativos nos estilos de ação não pode ser superada por meio de aprendizagens. Seria absurdo negar essa possibilidade, mesmo que não nos deixemos seduzir pelo otimismo. Até agora, o que nós, argentinos contemporâneos, temos aprendido na ordem política e institucional são sobretudo maus hábitos.

Em outras palavras, revelamos uma baixa capacidade de aprender, e isso faz falta. Por exemplo, somos muito habilidosos, aqueles que dispomos de algum ativo, em protegê-lo da inflação, mas temos sido incapazes de produzir os níveis de cooperação estatal, política e social necessários para acabar com ela. Temos destreza de sobra para deslegitimar nosso adversário, mas, ao que parece, estamos longe de compreender que um sistema político de legitimação recíproca seria mais proveitoso para o país e para nós mesmos. Exigimos uma autoridade cívica e firme, mas quando se deu o caso, nossa contribuição a ela foi escassa (o legado



do *Proceso*, a ditadura militar mais repressiva, foi, nesse sentido, desastroso: a sociedade argentina saiu dele muito mais ciosa dos seus direitos e muito mais avessa a uma vida em comum pautada por normas de autoridade). Queremos líderes democráticos e competentes, mas, quando emerge algum, logo nos apressamos a fazê-lo em picadinho. Eu poderia estender a lista, e certo, sei tão bem quanto o leitor que essas coisas acontecem em qualquer democracia. Mas o problema com a Argentina é que elas acontecem muito, todas juntas e sempre.

Não obstante, pode ser que logo virando a esquina haja um cenário de recuperação que ainda não notamos. Não estou sendo irônico; permito-me sonhar na base do *melhor possível*. Sem esquecer, claro, a sorte, a boa sorte que nos proporcione, generosamente, a fortuna maquiaveliana, e não somente a virtude. A fortuna de nos expormos às inseguranças e incertezas inerentes ao político, que depende da livre participação e do consentimento moral dos cidadãos.

Páginas atrás, afirmamos que o estilo liberal expressava algo novo: um respaldo social significativo, embora minoritário, de políticas modernizadoras (ainda que asperamente ligadas a um consenso negativo), e é possível que a coalizão chamada *Juntos por el Cambio* se consolide como força política e seja capaz de enfrentar o peronismo de igual para igual. É algo ao menos imaginável. Também é imaginável, embora difícil, que tudo isso ocorra em torno de uma liderança de grande envergadura.

E tampouco é impossível que o peronismo sofra um duro golpe nas eleições presidenciais de 2023, que o obrigue a se fragmentar ou a revisar profundamente suas orientações e algumas das convicções sobre si mesmo. Por exemplo, deveria romper, de uma vez por todas, talvez evocando a malograda Renovação Peronista dos anos 1980, com o registro unanimista que o leva a se

identificar com a nação e o povo e a considerar as demais forças políticas como acidentais quando ganham as eleições. Uma revisão profunda dessas questões, se levada de forma aberta, provocaria necessariamente a fragmentação interna; desta poderiam surgir apoios, mesmo que de início vacilantes, a um programa de reformas de longo prazo.

Mas, obviamente, importam os diagnósticos — como recuperar o Estado, como dinamizar o capitalismo, como acabar com o predomínio das minorias de preferências intensas, como nos integrarmos ao mundo, como... —, e em tudo isso será fundamental a cooperação dos partidos renovados, mas sem cartelizar a política. Apenas. E tudo em um mundo no qual encontrar nosso lugar será, mais uma vez, difícil — os ventos não são muito favoráveis para tanto —, mas absolutamente necessário.

Tentei, neste texto, manter distância do rigor dos paradigmas e dos instrumentos teóricos mais áridos da ciência política, mas a análise prospectiva que encarei nestes parágrafos finais me obriga a focalizar um tema que, embora incerto, pode ter relevância nos próximos meses (em outubro de 2023, haverá eleições presidenciais). É impossível ignorar que há um agravamento *latente* da crise. É insano desejar, com mentalidade estratégica, que esse agravamento tenha lugar; mas é insensato não especular sobre suas eventuais consequências políticas.

É um exercício complicado, porque a Argentina, lamentavelmente, tem uma rica história de crises. Minha conjectura é que a crise se agudizará e as condições para a cooperação melhorarão, entre outras razões porque as forças atualmente no governo estarão mais expostas à fragmentação. Se mantivermos a precária hipótese de uma vitória eleitoral de Juntos por el Cambio, é provável que elites de variadíssima condição optem por privilegiar a ordem pública e reimpulsionar o funcionamen-



to da economia, convergindo em respaldar medidas de estabilização macroeconômica.

Claro que a sequência importa: o hipotético agravamento aconteceria antes ou depois da troca de governo? Isso pode fazer muita diferença, porque, como sabemos, é necessário distinguir entre políticas de estabilização e políticas de reforma. Como dissemos, não raro os governos se acomodam em uma estabilização bem-sucedida que mantém intactos os desequilíbrios estruturais, dando início a um novo ciclo que terá um final semelhante aos anteriores.

Isso nos coloca diante de outra pergunta: quais são as condições iniciais que possibilitariam que os governos se dispusessem a enfrentar os riscos inerentes às reformas estruturais? Uma resposta que correlacione o agravamento da crise com uma maior disposição ao risco é mais sólida do que parece e não está mal respaldada empiricamente. Como sempre, há imponderáveis. Por exemplo, as capacidades de coordenação e cooperação de um eventual governo da coalizão atualmente opositora não são exatamente grandes. Se um novo governo tiver que atravessar as águas turbulentas de uma nova crise macroeconômica, essas capacidades serão exigidas ao máximo. Mais uma vez, a cartada será decisiva.

Enfim, não é questão de culpar o passado, e sim de saber o que fazer com tudo o que ele nos deixou e o que pode estar deixando.

dezembro de 2022

Bibliografía de referência

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOTANA, Natalio. **Poder y hegemonia**: El régimen político después de la crisis. Buenos Aires: Emecé, 2006.

CAVAROZZI, Marcelo. La construcción política de las sociedades latinoamericanas y su talón de Aquiles: El régimen político. **Cuadernos del Ciesal**, Rosario, n. 13, pp. 8-47, 2014.

COLAZINGARI, Silvia; PALERMO, Vicente. Peronismo clásico y peronismo plebeyo: El populismo de la globalización. **Temas y Debates**, Rosario, n. 32, pp. 27-49, 2016.

DE RIZ, Liliana. La corrupción ha deslegitimado la autoridad de los políticos. Entrevista a Laura Serra. **La Nación**, Buenos Aires, 3 dez. 2022.

FRAGA, Rosendo. Los tiempos de la crisis política. **Clarín**, Buenos Aires, 31 jul. 2022.

____. Elogio de la moderación. **Clarín**, Buenos Aires, 29 nov. 2022.

GARCÍA, Juan Agustín. **La ciudad indiana**: Sobre nuestra incultura y otros ensayos. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2020 (1900).

GERCHUNOFF, Pablo: **Raúl Alfonsín**: El planisferio invertido. Buenos Aires: Edhasa, 2022.

HEREDIA, Mariana. **¿El 99% contra el 1%?** Por qué la obsesión por los ricos no sirve para combatir la desigualdade. Buenos Aires: Siglo XXI, 2022.

KATZ, Alejandro; LEVY YEYATI, Eduardo. La construcción de una sociedad sin privilegios. **La Nación**, Buenos Aires, 12 nov. 2022.

NINO, Carlos. **Un país al margen de la ley**. Buenos Aires: Emecé, 1993.

NOVARO, Marcos. **Dinero y poder**: Las difíciles relaciones entre empresarios y políticos en la Argentina. Buenos Aires: Edhasa, 2019.

O'DONNELL, Guillermo. **¿Y a mí qué me importa?:** notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil. Estudios Cedes, 1984.

PALERMO, Vicente. Cómo combatir el nocivo poder de las minorías intensas. **La Nación**, Buenos Aires, 5 maio 2017.

_____. Hablemos de una familia. **Clarín**, Buenos Aires, 26 out. 2022.

_____. La Argentina, la anomia boba y el país al margen de la ley. **Todo Noticias**, Buenos Aires, 9 out. 2022.

PICHETTO, Miguel Ángel; ROBERTS, Carlos Reymundo. **Capitalismo o pobrismo (esa es la cuestión)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2023.

POCOCK, John Greville Agard. **The Machiavellian Moment**: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. Princeton: Princeton University Press, 2003 (1975).

PORTANTIERO, Juan Carlos. **La producción de un orden**: Ensayos sobre la democracia entre el estado y la sociedad. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988.

QUIROGA, Hugo. **La democracia que no es**: Política y sociedad en la Argentina (1983-2016). Buenos Aires: Edhasa 2016.

ROMERO, Luis Alberto. **La larga crisis argentina**: Del siglo XX al siglo XXI. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.

SELCI, Damián. **Teoría de la militancia:** Organización y poder popular. Buenos Aires: Las Cuarenta / El Río sin Orillas, 2018.

TORRE, Juan Carlos. De la movilización de los desocupados a la formación de un nuevo actor sociopolítico. **Desarrollo Económico Revista de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v. 59, n. 228, pp. 165–200, 2019.

URBINATI, Nadia. Political Theory of Populism. **Annual Review of Political Science**, v. 22, pp 111–27, 2019.

WEYLAND, Kurt. **Making waves:** Democratic Contention in Europe and Latin America since the Revolution of 1948. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ZANATTA, Loris. **Eva Perón:** Una biografía política. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

